

Aneel gerencia setor elétrico sob risco de parar

Dispensa de 257 funcionários, restrição de recursos e fim de mandato de diretores põem em risco papel do regulador

Fábio Couto, da Agência CanalEnergia, Recursos Humanos

02/12/2005

Com a atribuição de regular um setor composto por 64 distribuidoras, 1.104 geradoras, 46 transmissoras, e 47 comercializadoras, a Agência Nacional de Energia Elétrica vive o desafio de gerenciar um setor de regulamentação considerada complexa e sob o risco iminente de parar. Além do contingenciamento de recursos, da aguardada Lei das Agências, e da atuação da diretoria com apenas três integrantes, a Aneel tem que substituir, até dezembro, mais de um terço do seu quadro de funcionários terceirizados e detentores de contratos temporários por concursados. A Aneel possui atualmente 600 funcionários.

Instituída em dezembro de 1996 por meio da lei 9.427/96, com regulamento definido no ano seguinte, através do decreto 2.335, a Aneel tem como missão, segundo a última prestação de contas, feita em 2004, "proporcionar condições favoráveis para que o mercado de energia elétrica se desenvolva com equilíbrio entre os agentes e em benefício da sociedade". Esse trabalho é parte da proposta de abertura do mercado de energia, iniciado com a Lei de Concessões de Serviços Públicos, em 95, e que envolve a homologação de tarifas, a autorização e concessão de outorgas, a realização de processos de revisão tarifária e a fiscalização da qualidade do fornecimento de energia, entre outras atribuições.

Além das leis e dispositivos que fazem parte do arcabouço legal da Aneel, há ainda a 10.871/2004, que trata da criação de carreiras e organização de cargos efetivos das agências reguladoras. Para atendê-la, a Aneel terá que dispensar, até 31 de dezembro, 256 profissionais, sendo 157 funcionários com contrato temporário. De acordo com a lei, as agências podem contratar pessoal técnico, em caráter temporário, por um prazo de 12 meses a contar da publicação da lei. Ou seja, esse limite encerrou-se no dia 20 de maio último.

No entanto, o mesmo dispositivo legal abre espaço para a prorrogação dos contratos até 31 de dezembro deste ano. Os funcionários nesta condição, portanto, devem receber aviso prévio a partir desta quinta-feira, 1º de dezembro. Além dos 157 temporários, a Aneel terá que substituir, também até 31 de dezembro, 99 funcionários terceirizados, para atender a um Termo de Ajustamento de Conduta, emitido pelo Ministério Público do Trabalho da 10ª Região em agosto de 2004, com base na mesma lei 10.871/2004.

A Aneel possui ao todo 137 terceirizados, porém o TAC prevê a manutenção de 38 trabalhadores de apoio administrativo, como mensageiros e telefonistas. O último concurso feito pelo órgão, este ano, ofereceu 290 vagas. Do total, 212 foram preenchidas, mas apenas 189 funcionários ficaram na agência. O superintendente de Recursos Humanos da Aneel, João Cadamuro, explicou que alguns dos profissionais que ainda não assumiram ainda estão fazendo o curso de formação, etapa obrigatória do concurso. Porém, a Aneel está solicitando, desde fevereiro, autorização junto ao Ministério do Planejamento para novo concurso, que disponibilizará inicialmente 455 vagas.

Mesmo que a autorização do ministério saísse hoje, ressaltou, os concursados não estariam atuando na agência em tempo hábil. "O tempo médio do concurso, incluindo o curso de formação, fica entre oito e nove meses", salientou. Cadamuro lembrou ainda que a posse dos funcionários só pode ocorrer até 30 de junho do ano que vem, já que 2006 é um ano eleitoral e o prazo para homologar o resultado do concurso é de 90 dias antes do primeiro turno das eleições. Além disso, a agência terá que contratar uma empresa especializada na realização do concurso, sobre cujos prazos não tem ingerência. "É desafiante", resumiu.

Contingenciamento - A falta de recursos para efetuar a fiscalização também paira sobre a Aneel. Segundo a ex-presidente da Associação Brasileira das Agências de Regulação, Maria Augusta Feldman, a Aneel tem sido contingenciada nos últimos anos em cerca de 50% do seu orçamento

anual, formado em grande parte pela taxa de fiscalização, presente nas faturas mensais de energia.

Segundo ela, a retenção visa à formação de superávit primário, o que é irregular, uma vez que por ser um encargo, possui destino específico. "É um dinheiro carimbado", disse. Maria Augusta revelou que a Abar entrou recentemente com representação no Tribunal de Contas da União para impedir o contingenciamento. A executiva disse ainda que a entidade já teve encontros com o procurador geral do TCU, ministro Lucas Furtado e com o relator do processo, para expor as conseqüências da retenção.

Uma das conseqüências é o não recebimento, pela Ouvidoria da Aneel, de ligações feitas para a central gratuita 0800 por meio de celulares. "Desde a casa mais simples até as mansões possuem celular. Impedir a integração da agência com a sociedade também é uma forma de suprimir a independência desse órgão, assim como a não indicação de diretores, e com os impasses dos concursos para pessoal", apontou. O orçamento de 2005 para a Aneel, excluindo gastos com pessoal, é de R\$ 130 milhões.

Lei das Agências - A Aneel tem atuado ainda à espera da redefinição de suas atribuições pelo governo. Em meados de outubro, a Lei das Agências, como ficou conhecido o projeto de lei 3.307/04 que busca redefinir as responsabilidades e funções das agências reguladoras, completou 18 meses tramitando no Congresso sem perspectivas sobre a data da votação. Com 137 emendas, o projeto ainda não teve apreciado o parecer do relator, deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ).

O presidente da Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base, Paulo Godoy, destacou recentemente que a demora em aperfeiçoar e votar o projeto de lei é mais um ponto de instabilidade no ambiente de negócios dos setores de infra-estrutura. Para ele, a possibilidade de mudanças nas regras para investimentos de longo prazo tem impacto direto no custo do financiamento das obras.

A entidade também contesta a proposta de revisão tarifária por meio de consultas públicas. Segundo a Abdib, o processo pode se tornar um mecanismo de pressão para alterar contratos já existentes, forçando a redução dos índices anuais de reajustes. Além disso, o projeto tem uma cláusula que prevê à agência arcar com os custos dos estudos necessários para sustentar as reivindicações das entidades na consulta pública.

A interferência política do governo sobre a Aneel também foi verificada em estudo divulgado em meados de agosto pela Câmara Americana de Comércio sobre a atuação do órgão. Na ocasião, das 27 empresas privadas e entidades de classe que responderam à pesquisa, 65% consideram o nível de interferência do governo, por meio do Ministério de Minas e Energia, em patamares classificados como "alto" e "excessivo". O governo iniciou o processo de redefinição das atribuições das agências após as críticas do presidente Lula sobre a fixação índices de reajustes tarifários pela Aneel.

Diretoria - A composição da diretoria com apenas três membros, outro fator de risco de paralisação das atividades, pode estar a caminho da solução, com aprovação em sabatina no Senado dos nomes da economista Joísa Campanher e de Edvaldo Alves de Santana, superintendente de Estudos Econômicos e de Mercado da própria Aneel. Os dois nomes agora dependem apenas da nomeação pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Enquanto os novos nomes não vêm, a Aneel vem atuando desde o final de maio com apenas três diretores, quórum mínimo necessário para as decisões, adotadas em regime de colegiado. A transmissão ao vivo pela internet das reuniões públicas da diretoria expõem a dimensão do problema: elas não têm início quando um dos diretores se atrasa, além de serem interrompidas quando há necessidade de atender ao telefone, por exemplo.

A nomeação de Joísa e Edvaldo ainda não soluciona por completo a situação. O mandato de Jaconias de Aguiar termina no próximo dia 27 de dezembro, sem possibilidade de recondução, ao passo que Isaac Averbuch, que ainda pode ser reconduzido, tem mandato encerrado no dia 9 de janeiro. Em diversas ocasiões, o diretor-geral, Jerson Kelman, têm reiterado a necessidade da

nomeação, em função da demanda dos agentes por entrevistas e pelo risco de a agência parar após dezembro, por falta de quórum.

A última substituição ocorreu em dezembro passado, com o fim do mandato do diretor-geral, José Mário Abdo, cargo ocupado por Kelman. No final de maio, expirou o mandato de Eduardo Ellery, sem possibilidade de recondução, e Paulo Pedrosa, que hoje preside a Associação Brasileira dos Agentes Comercializadores de Energia Elétrica.

Para o senador José Jorge (PFL-PE), autor de um projeto de lei que dá ao Senado a prerrogativa de indicar os nomes dos diretores para as agências reguladoras caso o governo não apresente nomes no prazo de 90 dias, o governo tem a intenção deliberada de fechá-las. "É um absurdo que o governo atue com apenas três diretores. Eles não indicam porque não conseguem, querem fazer escolha política. O governo não gosta das agências reguladoras", apontou o parlamentar, dias antes do anúncio da indicação de Joísa e Edvaldo.

Para evitar a paralisação do setor elétrico, 12 associações entregaram nesta semana uma carta aos principais órgãos governamentais, na qual pediam soluções imediatas para impedir o colapso do setor elétrico, consequência prevista pelos agentes com não-reposição dos funcionários dispensados. Assinaram a carta ABCE (concessionárias), Abrace (consumidores livres), Abradee (distribuidoras), Abragef (geradores flexíveis), Abrate (grandes transmissoras), APMPE (pequenos e médios produtores), Abiape (autoprodutores), Abraceel (comercializadores), Abrage (geradores), Abraget (geradores térmicos), Apine (produtores independentes) e **CBIEE** (investidores).